



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Dissídio Coletivo de Greve 0025042-86.2025.5.24.0000

Relator: CESAR PALUMBO FERNANDES

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 15/12/2025

Valor da causa: R\$ 1.000,00

Partes:

SUSCITANTE: SINDICATO DAS EMP TRANSP COLET URBANOS DE PAS DE MS

ADVOGADO: RAPHAEL BARBOSA MARQUES

SUSCITADO: SINDICATO DOS TRAB TRANSP COLETIVO URBANO DE C GRANDE M

CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

TERCEIRO INTERESSADO: MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE

ADVOGADO: CECILIA SAAD CRUZ RIZKALLAH

TERCEIRO INTERESSADO: AGENCIA MUNICIPAL DE REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS

ADVOGADO: RODRIGO KOEI MARQUES INOUE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
PLENO - RELATORIA NATA DA VICE-PRESIDÊNCIA
Relator: CESAR PALUMBO FERNANDES
DCG 0025042-86.2025.5.24.0000
SUSCITANTE: SINDICATO DAS EMP TRANSP COLET URBANOS DE PAS DE MS
SUSCITADO: SINDICATO DOS TRAB TRANSP COLETIVO URBANO DE C GRANDE M

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência da Decisão ID d11cf11 proferida nos autos.

DECISÃO

Arbitramento. A multa pelo descumprimento de determinação judicial (astreinte) possui natureza jurídica coercitiva, e não indenizatória, destinando-se a assegurar a efetividade da ordem judicial e a compelir o obrigado ao cumprimento da obrigação de fazer imposta pelo Juízo. Não se presta, portanto, à simples incidência pecuniária, mas à preservação da autoridade da decisão judicial e do próprio Poder Judiciário.

No caso concreto, verifica-se descumprimento deliberado e injustificado da ordem judicial proferida nestes autos, que determinou a manutenção mínima de 70% da atividade essencial de transporte coletivo urbano, serviço público cuja paralisação afeta diretamente direitos fundamentais da coletividade.

A certidão lavrada pela Oficial de Justiça, acompanhada de documentação e registros de áudio, colhidos em estrito cumprimento ao mandado de constatação, atestou de forma inequívoca o descumprimento da decisão judicial, apesar da ciência regular e pessoal do sindicato profissional.

Além disso, trata-se de fato notório, amplamente divulgado pelos meios de comunicação de grande circulação, que não houve circulação regular de transporte público na data de hoje, circunstância que evidencia a completa inobservância da ordem judicial e o esvaziamento prático da tutela jurisdicional deferida.

Tal conduta configura grave afronta à autoridade do Poder Judiciário, revela menosprezo consciente à ordem judicial e compromete a prestação de serviço público essencial, tornando manifesta a ineficácia da multa anteriormente fixada para compelir o cumprimento da obrigação.

Diante desse cenário, reputo necessária, adequada e proporcional a majoração das astreintes para o valor de R\$ 100.000,00 por dia de descumprimento, como meio apto a restaurar a autoridade da decisão judicial e assegurar sua efetividade.

Consigno, ainda, que o Presidente do Sindicato profissional, na qualidade de dirigente máximo da entidade e responsável direto pela observância das determinações judiciais, passa a figurar como sujeito passivo, em tese, do crime de desobediência ao cumprimento de ordem judicial, previsto no art. 330 do Código Penal, sem prejuízo das demais consequências legais cabíveis.

Intime-se com urgência.

Dê-se ciência ao Oficial de Justiça de Plantão para as providências necessárias à imediata intimação do sindicato réu e de seu Presidente, inclusive devendo se valer de força policial caso encontre resistência à intimação.

A presente decisão tem força de mandado judicial.

Cumpra-se

CAMPO GRANDE/MS, 15 de dezembro de 2025.

CESAR PALUMBO FERNANDES

Desembargador Federal do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por CESAR PALUMBO FERNANDES, em 15/12/2025, às 23:36:43 - aedef4b
<https://pje.trt24.jus.br/pejcz/validacao/25121523354378900000013370256?instancia=2>
Número do processo: 0025042-86.2025.5.24.0000
Número do documento: 25121523354378900000013370256